

INSTRUÇÃO PARA A PROVA: A expressão "jurisprudência sumulada do TST" compreende súmulas, orientações jurisprudenciais (do Tribunal Pleno, da SBDI-I, da SBDI-1 transitória, da SBDI-II e da SDC) e precedentes normativos.

1) A OIT assentou, em declaração de 19/6/98, os princípios relativos aos direitos fundamentais que são objeto de suas convenções. Considere a relação abaixo e assinale a alternativa correta:

I - a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva

II - a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório

III - a abolição efetiva do trabalho infantil

IV - a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação

a) Todos os itens são princípios relativos aos direitos fundamentais.

b) Só o primeiro item não é um dos princípios relativos aos direitos fundamentais.

c) Só o segundo e o terceiro itens são princípios relativos aos direitos fundamentais.

d) Só o primeiro e o quarto itens são princípios relativos aos direitos fundamentais.

e) Só os três primeiros itens são princípios relativos aos direitos fundamentais.

2) De acordo com a jurisprudência sumulada do STF, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Exceto quando exerça atividade rural, o empregado de empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador.

II - Músico integrante de orquestra da empresa, mesmo com atuação permanente e vínculo de subordinação, está sujeito à legislação especial dos artistas.

Página 2 de 30

III - Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas não descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento para o efeito do art. 7º, XIV, da Constituição.

IV - É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

V - Provada a identidade entre o trabalho diurno e o noturno, é devido o adicional, quanto a este, sem a limitação do art. 73, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho independentemente da natureza da atividade do empregador.

a) Apenas a primeira é correta

b) Apenas a segunda é correta

c) Apenas a terceira não é correta

d) As duas primeiras são corretas

e) As três últimas são corretas

3) De acordo com a jurisprudência sumulada do STF, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança.
II - Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
III - Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança, por ausência do fummus boni iuris.
IV - A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

V - A entidade de classe só tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

- a) Apenas a primeira e a quarta estão corretas
- b) Apenas a primeira e a quinta estão corretas
- c) As três primeiras estão corretas
- d) As duas últimas estão corretas
- e) As três últimas estão erradas

4) De acordo com a jurisprudência sumulada do STF, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Sem prévia aprovação em concurso público, é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se em cargo que integre a carreira na qual anteriormente investido.

II - A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

Página 3 de 30

III - A garantia da estabilidade provisória prevista no art. 10, II, "a", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, também se aplica ao suplente do cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA).

IV - Até que lei venha a dispor a respeito, é dispensada a observância do princípio da unicidade.

V - O imposto sindical de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

- a) Apenas a última está correta
- b) Apenas a primeira está incorreta
- c) Apenas a segunda e a terceira estão corretas
- d) Apenas as três primeiras estão corretas
- e) Apenas as três últimas estão corretas

5) De acordo com a Constituição Federal, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos e garantias fundamentais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

II - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional criado por organismo internacional do qual faça parte.

III - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

IV - Os direitos e garantias constitucionais não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios igualmente constitucionais, ou dos tratados internacionais criados por

organismo internacional do qual o Brasil faça parte.

V - Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

- a) Estão corretas a primeira e a última
- b) Estão corretas as três últimas
- c) Estão incorretas as três primeiras
- d) Apenas a última está correta
- e) Estão corretas as assertivas III e V

6) Os Estados signatários do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966, Página 4 de 30

reconheceram o direito de toda pessoa ao gozo de condições de trabalho equitativas e satisfatórias. A propósito das garantias estabelecidas no referido diploma, assinale a alternativa correta.

a) Os Estados signatários do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garantiram a percepção de salário equitativo e igual por trabalho de igual valor, sem distinções de espécie alguma e o descanso, o gozo do tempo livre, a limitação racional das horas de trabalho e as férias periódicas pagas, exceto a remuneração dos feriados.

b) Os Estados signatários do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garantiram a percepção de salário equitativo e igual por trabalho de igual valor, sem distinções de espécie alguma e o direito de greve, exercido em conformidade com as leis de cada país, sem nenhuma restrição.

c) Os Estados signatários do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garantiram a percepção de salário equitativo e igual por trabalho de igual valor, sem distinções de espécie alguma e o direito dos sindicatos de formar federações ou confederações nacionais e o direito destas de fundar organizações sindicais internacionais ou de filiarem-se às mesmas.

d) Os Estados signatários do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garantiram o direito de greve, exercido em conformidade com as leis de cada país, sem nenhuma restrição e igual oportunidade para todos de serem promovidos, dentro do seu trabalho, à categoria que lhes corresponda não considerando senão os fatores tempo de serviço e capacidade.

e) Os Estados signatários do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garantiram o direito de greve, exercido em conformidade com as leis de cada país, sem nenhuma restrição e o descanso, o gozo do tempo livre, a limitação racional das horas de trabalho e as férias periódicas pagas, exceto a remuneração dos feriados.

7) De acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, celebrada em 24 de abril de 1963, assinale a alternativa incorreta:

- a) A ruptura das relações diplomáticas acarretará ipso facto a ruptura das relações consulares.
- b) Uma repartição consular não poder ser estabelecida no território do Estado receptor sem seu consentimento.
- c) Os chefes de repartição consular se dividem em quatro categorias, que são cônsules-gerais, cônsules, vice-cônsules e agentes consulares.
- d) "Exequatur" é o nome da autorização emitida pelo Estado receptor, que admite o chefe da repartição consular no exercício de suas funções.

Página 5 de 30

- e) Os funcionários consulares só poderão ser escolhidos dentre os nacionais do Estado receptor com o consentimento expresso desse Estado, o qual poderá retirá-lo a qualquer momento.
- 8) O Protocolo de Medidas Cautelares feito em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994, regulamentou entre os Estados Partes do Tratado de Assunção o cumprimento de medidas cautelares destinadas a impedir a irreparabilidade de um dano em relação às pessoas, bens e obrigações de dar, de fazer ou de não fazer. A propósito, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, a admissibilidade da medida cautelar será regulada pelas leis e julgada pelos juízes ou Tribunais do Estado requerente.

II - De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, a execução da medida cautelar e sua contracautela ou respectiva garantia, serão processadas pelo Juízes ou Tribunais do Estado requerido, segundo suas leis.

III - De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, as modificações que no curso do processo se justificarem para o seu correto cumprimento e, se for o caso, sua redução ou sua substituição serão regidas pelas leis e julgadas pelos Juízes ou Tribunais do Estado requerido.

IV - De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, as sanções em decorrência de litigância de má-fé serão regidas pelas leis e julgadas pelos Juízes ou Tribunais do Estado requerido.

V - De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, as questões relativas a domínio e demais direitos reais serão regidas pelas leis e julgadas pelos Juízes ou Tribunais do Estado requerido.

- a) Todas são corretas
- b) Apenas as duas primeiras são corretas
- c) As três últimas são corretas
- d) Apenas a primeira é correta
- e) Apenas a quarta é incorreta

9) Considere as assertivas abaixo, de acordo com a CLT, e assinale a alternativa correta.

I - Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

II - Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

III - No contrato de aprendizagem a limitação de idade não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

IV - No contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

V - O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, exceto quando se tratar de aprendizes portadores de deficiência.

- a) Apenas a primeira é correta
- b) Apenas a segunda é correta
- c) Apenas a primeira é incorreta
- d) Apenas a última é incorreta
- e) Apenas a terceira é incorreta

10) João ouviu dizer que o valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado e que a remuneração das férias inclui a das horas extraordinárias habitualmente prestadas. No entanto, ao consultar o departamento de pessoal da empresa para a qual trabalha há um mês, foi informado de que a CLT não garante tais direitos e as súmulas do TST que dispunham nesse sentido foram canceladas em 2003. Está correta a resposta do departamento de pessoal da empresa?

- a) sim.
- b) sim, mas João tem os direitos em questão porque a integração do valor das horas extras habituais no aviso prévio indenizado e na remuneração das férias foram expressamente garantidos pela Constituição Federal.
- c) não, porque as súmulas do TST não foram canceladas.
- d) não, porque as súmulas do TST que dispunham nesse sentido de fato foram canceladas mas a CLT tem disposições expressas a respeito, garantindo os direitos em questão.
- e) não, porque nunca existiram súmulas do TST a esse respeito, mas João tem os direitos em questão porque a integração do valor das horas extras habituais no aviso prévio indenizado e na remuneração das férias estão expressamente garantidos na CLT.

11) Considere o enunciado e as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

De acordo com a CLT, não será considerada falta ao serviço, para os efeitos da duração do período de férias, a ausência do empregado:

I - durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto não criminoso, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social.

II - durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social.

III - por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exceto se tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

IV - por motivo de acidente do trabalho ou de incapacidade que propicie concessão de auxílio-doença pela Previdência Social, exceto se tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

V - justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário.

- a) As assertivas I, III e V são corretas
- b) As assertivas I e IV são corretas
- c) As assertivas II e III e V são corretas
- d) As assertivas II e IV são corretas
- e) As assertivas I e III são incorretas

12) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Um estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, mas nova inspeção deverá ser feita quando ocorrer modificação substancial nas instalações, inclusive equipamentos, que a empresa fica obrigada a comunicar, prontamente, à Delegacia Regional do Trabalho.

II - A interdição ou embargo de estabelecimento poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical.

III - O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na

Página 8 de 30
decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho.

IV - O Delegado Regional do Trabalho, independente de recurso e de laudo técnico do serviço competente, poderá levantar a interdição.

V - Da decisão do Delegado Regional do Trabalho sobre o pedido de interdição cabe recurso sempre com efeito suspensivo.

- a) todas são corretas
- b) as afirmações I, IV e V são incorretas
- c) as afirmações I e II são corretas
- d) as afirmações III, IV e V são incorretas
- e) as afirmações I, II e III são incorretas

13) Por via de regra, o contrato de trabalho não exige forma especial e é celebrado por prazo indeterminado, de acordo com a CLT. No caso das profissões regulamentadas, entretanto, leis

específicas podem impor a forma escrita, ou fixar prazos de duração (mínimo ou máximo), afastar a aplicação de dispositivos da CLT e estabelecer regras específicas. A propósito, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação brasileira.

I - O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol será celebrado por escrito e deverá conter o prazo de vigência, que, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a 3 (três) meses ou superior a 2 (dois) anos.

II - O contrato de trabalho do atleta profissional por prazo determinado poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos e prorrogado mais de uma vez.

III - O contrato de trabalho do radialista será sempre escrito e por prazo determinado, que não será superior a cinco anos.

IV - O contrato de trabalho do radialista será visado pelo sindicato representativo da categoria profissional ou pela federação respectiva, como condição para registro no Ministério do Trabalho, cabendo recurso para o Ministério do Trabalho da decisão da entidade sindical que negar o visto.

V - A cláusula de exclusividade não impedirá o Artista ou Técnico em Espetáculos de Diversões de prestar serviços a outro empregador em atividade diversa da ajustada no contrato de trabalho, desde que em outro meio de comunicação, e sem que se caracterize prejuízo para o contratante com o qual foi assinada a cláusula de exclusividade.

- a) as duas primeiras são incorretas
- b) apenas as duas últimas são corretas
- c) a primeira e a terceira são incorretas
- d) as três últimas são corretas
- e) todas são corretas

Página 9 de 30

14) O dever patronal de não discriminar está materializado em vários dispositivos constitucionais e legais. A propósito, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A Constituição Federal proíbe diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

II - A Constituição Federal proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

III - A Constituição Federal proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

IV - A Constituição Federal garante a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.

V - A CLT garante igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, desde que presente uma única condição, que é a identidade de função.

- a) as três primeiras são incorretas
- b) as duas últimas são corretas
- c) apenas a última é correta
- d) as três primeiras são corretas e as duas últimas são

incorretas

e) todas são corretas

15) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - De acordo com a CLT, presume-se autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18, mas em caso de oposição conjugal ou paterna, poderá a mulher ou o menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente.

II - De acordo com a CLT, ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor.

III - De acordo com a CLT, no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, sem exceção.

IV - De acordo com a CLT, na aposentadoria espontânea de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, é permitida sua readmissão desde que observados os requisitos constitucionais referentes à acumulação remunerada de cargos, e condicionada à prestação de concurso público.

Página 10 de 30

V - De acordo com a CLT, o ato de concessão de benefício de aposentadoria a empregado que não tiver completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou trinta, se mulher, importa em extinção do vínculo empregatício.

a) Todas são verdadeiras.

b) Todas são falsas

c) As três primeiras são verdadeiras

d) As duas últimas são verdadeiras, mas os dispositivos celetistas correspondentes tiveram sua eficácia suspensa liminarmente pelo STF.

e) As duas últimas são falsas.

16) A MP 2.164-41, publicada no DOU de 24.8.2001, criou a figura do trabalho em regime de tempo parcial (art. 58-A e seguintes da CLT) e a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador (art. 476-A e seguintes da CLT). A propósito, assinale a alternativa correta:

a) os dispositivos mencionados foram definitivamente incorporados à CLT.

b) a vigência dos dispositivos mencionados depende da reedição da MP 2.164-41.

c) os dispositivos mencionados continuam em vigor até que expire o prazo de vigência da MP 2.164-41.

d) os dispositivos mencionados foram revogados expressamente.

e) a MP 2.164-41 continua em trâmite até a presente data.

17) João, contador da Companhia Energética de Goiás (CELG), ouviu dizer que todos os empregados no setor de energia elétrica fazem jus ao recebimento do adicional de periculosidade. Estudando o assunto por conta própria, João descobriu que o artigo 193 da CLT dispõe que "São consideradas atividades ou operações perigosas,

na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado". Analisando o disposto no referido artigo 193 da CLT, João alcançou duas conclusões: primeira, o adicional de periculosidade somente é devido no caso de contato permanente com inflamáveis ou explosivos; segunda, corolário da primeira, que não faz jus ao referido adicional. A respeito das conclusões de João, assinale a alternativa correta:

a) as conclusões de João estão corretas.
b) as duas conclusões estão erradas, porque todos os empregados no setor de energia elétrica fazem jus ao recebimento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei - inclusive João.

Página 11 de 30

c) João errou na primeira, porque o adicional de periculosidade é devido ao empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica em condições de periculosidade, de acordo com a lei, mas acertou acidentalmente na segunda, porque não trabalha em condições de periculosidade.

d) João errou na primeira, porque o adicional de periculosidade é devido ao empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica em condições de periculosidade, de acordo com Norma Regulamentar aprovada pelo Ministério do Trabalho, mas acertou na segunda, porque não trabalha em condições de periculosidade.

e) João errou na primeira, porque apenas os empregados de empresas geradoras e transmissoras de eletricidade fazem jus ao recebimento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei, mas acertou na segunda, porque não trabalha em condições de periculosidade.

18) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, mas o prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

II - Mãe social é aquela que, dedicando-se voluntariamente à assistência ao menor abandonado, exerce o encargo em nível social, em sua residência, sem vínculo empregatício.

III - A prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, exceto quando presente a subordinação jurídica.

IV - A profissão de Agente Comunitário de Saúde caracteriza-se pelo exercício de atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local deste, e não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

V - Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir

agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

- a) Apenas a primeira e a última são verdadeiras
- b) Todas são verdadeiras
- c) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras
- d) Apenas as duas primeiras são verdadeiras
- e) Apenas as três últimas são verdadeiras

Página 12 de 30

19) João, que ajustou salário de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por semana, resolveu demitir-se do emprego. Demissão comunicada, João pediu a dispensa do cumprimento do aviso prévio e foi atendido. Já no sindicato obreiro, no momento da homologação da rescisão, João pleiteou o pagamento do aviso prévio, dizendo que ele é irrenunciável segundo a jurisprudência sumulada do TST. A empresa resistiu e disse que João é o devedor do aviso, que seria de oito dias se ele não tivesse sido dispensado do cumprimento. João tem direito ao recebimento de indenização correspondente ao aviso prévio?

- a) sim, porque o aviso prévio é irrenunciável de acordo com a súmula 276 do TST.
- b) sim, porque o aviso prévio é irrenunciável, de acordo com a Constituição Federal.
- c) não, porque João era devedor do aviso antes de ter sido dispensado de seu cumprimento, e ele seria de trinta dias se João não tivesse sido dispensado do cumprimento.
- d) não, porque João era devedor do aviso antes de ter sido dispensado de seu cumprimento, e ele seria de oito dias se João não tivesse sido dispensado do cumprimento.
- e) não, porque o direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado.

20) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

I - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.

II - Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis n°s 6.019, de 03.01.74, e 7.102, de 20.06.83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços, inclusive ente público, em relação ao período anterior à vigência da CF/88.

III - Preenchidos os requisitos do art. 3° da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

IV - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n° 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

V - Não se caracteriza o vínculo empregatício na nomeação para o exercício das funções de oficial de justiça ad hoc, ainda que

feita de forma reiterada, pois exaure-se a cada cumprimento de mandado.

Página 13 de 30

- a) todas são verdadeiras
- b) apenas a segunda não é verdadeira
- c) apenas a última não é verdadeira
- d) apenas a primeira e a quarta são verdadeiras
- e) apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras

21) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

I - Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei.

II - A complementação dos proventos da aposentadoria é regida pelas normas em vigor na data do desligamento do empregado, observando-se as alterações posteriores desde que mais favoráveis ao beneficiário do direito.

III - A cessação do contrato de trabalho em razão de aposentadoria espontânea do empregado exclui o direito ao recebimento de indenização relativa ao período anterior à opção. A realização de depósito na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de que trata o § 3º do art. 14 da Lei nº 8.036, de 11.05.1990, é faculdade atribuída ao empregador.

IV - Tratando-se de pedido de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar e jamais paga ao ex-empregado, a prescrição aplicável é a parcial, começando a fluir o biênio a partir da aposentadoria.

V - A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário. No entanto, é devida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior à aposentadoria.

- a) apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras
- b) apenas a última não é verdadeira
- c) apenas as três primeiras são verdadeiras
- d) apenas as assertivas II, IV e V não são verdadeiras
- e) todas são verdadeiras

22) De acordo com a jurisprudência sumulada do STF, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.

II - O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

Página 14 de 30

III - A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, confere ao trabalhador somente direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

IV - A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.

V - A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário, e por isto é indevida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior à aposentadoria.

- a) há uma assertiva correta
- b) há duas assertivas corretas
- c) há três assertivas corretas
- d) nenhuma assertiva é correta
- e) todas são corretas

23) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, desde que o trabalhador seja residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal por ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

II - No caso de movimentação da conta vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, o valor do saque será equivalente ao saldo existente na conta vinculada, na data da solicitação, limitado à quantia correspondente a dez salários mínimos, por evento caracterizado como desastre natural, desde que o intervalo entre uma movimentação e outra não seja inferior a doze meses.

III - Para os fins da movimentação da conta vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, considera-se desastre natural os tornados, as trombas d'água e as precipitações de granizos.

IV - A solicitação de movimentação da conta vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública

V - Para os fins da movimentação da conta vinculada em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, o decreto municipal ou do Distrito Federal que declare a situação de emergência ou o estado de calamidade

Página 15 de 30

pública deverá ser publicado no prazo máximo de trinta dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência do desastre natural.

- a) todas são verdadeiras
- b) apenas as duas primeiras são falsas
- c) apenas as duas últimas são verdadeiras
- d) apenas a terceira é verdadeira
- e) apenas as três primeiras são verdadeiras

24) A respeito da Declaração Sociolaboral do Mercosul, feita na cidade do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1998, é incorreto afirmar:

- a) O empregador tem o direito de organizar e dirigir econômica e tecnicamente a empresa, em conformidade com as legislações e as práticas nacionais.
- b) A jornada de trabalho dos menores não admitirá sua extensão mediante a realização de horas extras nem em horários noturnos.
- c) Todo trabalhador migrante, independentemente de sua nacionalidade, tem direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação profissional de seu país de origem.
- d) Os Estados-partes comprometeram-se a adotar medidas para garantir a abolição de toda utilização de mão-de-obra que propicie, autorize ou tolere o trabalho forçado ou obrigatório, especialmente quando o trabalho forçado ou obrigatório seja utilizado como medida de disciplina no trabalho.
- e) Deverá garantir-se a liberdade de filiação, de não filiação e desfiliação, sem que isto comprometa o ingresso em um emprego ou sua continuidade no mesmo.

25) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A participação em greve interrompe o contrato de trabalho, se forem observadas as condições previstas na lei específica, mas é sempre vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos.

II - É proibida a greve nos serviços essenciais.

III - Controle de tráfego aéreo e compensação bancária são considerados serviços ou atividades essenciais, mas não os serviços de telecomunicações.

IV - Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição ou que seja motivada pela superveniência de fatos novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

Página 16 de 30

V - É permitida a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.

- a) todas são falsas
- b) apenas a última é falsa
- c) apenas a IV é verdadeira
- d) apenas as três primeiras são falsas
- e) apenas as assertivas II e III são verdadeiras

26) De acordo com a jurisprudência sumulada do STF, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva, mas o mero não-atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

II - O acordo individual para compensação de horas é válido, inclusive se houver norma coletiva em sentido contrário.

III - A validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

IV - A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada, e as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias, inclusive aquelas destinadas à compensação.

V - É válido o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é a denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, não violando os arts. 59, § 2º, da CLT e 7º, XIII, da CF/1988 o seu ajuste mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

- a) Apenas a segunda está incorreta
- b) Apenas a quarta está incorreta
- c) Apenas a primeira e a terceira estão corretas
- d) Apenas a terceira e a quinta estão corretas
- e) Apenas a segunda e a quarta estão incorretas

27) A respeito dos descontos em folha de pagamento, assinale a alternativa incorreta.

a) O empregado poderá autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições

Página 17 de 30

financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

b) O desconto em folha de pagamento também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, ilimitadamente.

c) Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

d) O empregador pode descontar na folha de pagamento do mutuário os custos operacionais decorrentes da realização do desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, observado o disposto em regulamento e nos casos nele admitidos.

e) É vedado ao empregador impor ao mutuário e à instituição consignatária escolhida pelo empregado qualquer condição que não esteja prevista na lei e no respectivo regulamento para a efetivação do contrato e a implementação dos descontos

autorizados.

28) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, além de auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

II - O trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para este fim, fará jus ao recebimento de bolsa de qualificação profissional.

III - O empregado dispensado durante participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, ou nos três meses subseqüentes ao seu retorno ao trabalho, terá

Página 18 de 30
descontadas das parcelas do benefício do Seguro-Desemprego a que fizer jus o valor das parcelas da bolsa de qualificação profissional que tiver recebido, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de uma parcela do Seguro-Desemprego.

IV - O período de suspensão contratual em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador não será computado, pelo trabalhador desempregado, para efeito de comprovação de recebimento de salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa e para efeito de comprovação de ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

V - O valor do seguro-desemprego não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

a) todas são corretas

b) apenas a última é correta

c) apenas a terceira é incorreta

d) apenas as assertivas II, III e IV são corretas

e) apenas as assertivas III, IV e V são corretas

29) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Os contratos de trabalho celebrados no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) poderão ser por tempo indeterminado ou determinado, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

II - Todas as pessoas jurídicas ou físicas a ela equiparadas são consideradas empregadores no âmbito do PNPE, independentemente de adesão e compromisso de gerar novos empregos, e terão acesso à subvenção econômica no valor de 6 (seis) parcelas bimestrais de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por trabalhador contratado.

III - Somente as pessoas físicas e jurídicas inscritas no âmbito do PNPE, que tenham firmado compromisso de gerar novos empregos, na forma legal, e que comprovem a regularidade do recolhimento de tributos e de contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e à Dívida Ativa da União, terão acesso à subvenção econômica no valor de 6 (seis) parcelas bimestrais de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por emprego gerado.

IV - Os empregadores participantes do PNPE poderão contratar um jovem, no caso de contarem com até quatro empregados em seu quadro de pessoal; dois jovens, no caso de contarem com cinco a dez empregados em seu quadro de pessoal; e até vinte por cento do respectivo quadro de pessoal, nos demais casos.

Página 19 de 30

V - É vedada a contratação, no âmbito do PNPE, de jovens que sejam parentes, ainda que por afinidade, até o 2º (segundo) grau, dos empregadores e sócios das empresas ou entidade contratante.

a) apenas a assertiva II está incorreta

b) apenas a assertiva III está correta

c) apenas a última está incorreta

d) apenas as assertivas III e IV estão corretas

e) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

30) João ajustou salário fixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), anotado em CTPS, e ainda morava num apartamento cedido pela empresa. O aluguel do apartamento, segundo valores de mercado, é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mas nunca foi considerado pelo empregador, para nenhum fim. Estudando o assunto, João concluiu que o valor do aluguel deve ser integralmente considerado como parte de seu salário, de acordo com o direito brasileiro. João está correto?

a) não, porque o vestuário, a educação, o transporte, a assistência médica, hospitalar e odontológica, os seguros de vida e de acidentes pessoais, as prestações de previdência privada e a habitação não são consideradas salário.

b) não, porque a habitação fornecida como salário-utilidade não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do salário-contratual.

c) não, porque isso não foi ajustado nem anotado na CPTS.

d) em parte, porque a habitação fornecida como salário-utilidade não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do salário-contratual.

e) sim.

31) As leis 11.276 e 11.277, ambas de 7 de fevereiro de 2006, ainda não em vigor, introduziram novos dispositivos no Código de Processo Civil. Considere as assertivas abaixo, a respeito das modificações introduzidas no CPC pelas leis mencionadas, e assinale a alternativa correta.

I - Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

II - Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e

já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, mesmo que em outro juízo, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

Página 20 de 30

III - É facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação, mesmo que o autor não apele.

IV - Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

V - O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

a) apenas a última é correta

b) apenas as assertivas I e IV são corretas

c) apenas as assertivas I, IV e V são corretas

d) apenas as assertivas I e III são incorretas

e) apenas a primeira e a última são corretas

32) A lei 11.232, de 22 de dezembro de 2005, ainda não em vigor, introduziu o Capítulo IX ("DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA") no Título VIII, do Livro I, do CPC. Considere as assertivas abaixo, a respeito das modificações introduzidas no CPC pela lei mencionada, e assinale a alternativa correta.

I - Nas ações de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre e de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, é defesa a sentença ilíquida, cumprindo ao juiz, se for o caso, fixar de plano, a seu prudente critério, o valor devido.

II - Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, o juiz deverá valer-se do contador do juízo.

III - Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo terceiro, o juiz lhe ordenará que proceda ao respectivo depósito em cartório ou noutro lugar designado, no prazo de 5 (cinco) dias, impondo ao requerente que o embolse das despesas que tiver; se o terceiro descumprir a ordem, o juiz expedirá mandado de apreensão, requisitando, se necessário, força policial, tudo sem prejuízo da responsabilidade por crime de desobediência.

IV - Poderá o juiz valer-se do contador do juízo, quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária.

V - Se o credor não concordar com os cálculos feitos pelo contador do juízo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador.

Página 21 de 30

a) nenhuma assertiva é correta

- b) há duas assertivas corretas
- c) há três assertivas corretas
- d) há quatro assertivas corretas
- e) todas são corretas

33) A lei 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, ainda não em vigor, modificou sensivelmente o direito processual e o direito material civil. Considere as assertivas abaixo, a respeito das modificações introduzidas no CPC pela lei mencionada, e assinale a alternativa correta.

I - O juiz não poderá declarar de ofício a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão.

II - O juiz pronunciará a prescrição de ofício.

III - A ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.

IV - Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

V - Depois que a Lei 11.280/2006 entrar em vigor, o juiz só pronunciará a prescrição de ofício se favorecer a absolutamente incapaz.

- a) há uma assertiva correta
- b) há duas assertivas corretas
- c) há três assertivas corretas
- d) há quatro assertivas corretas
- e) todas são corretas

34) Considere as assertivas abaixo, a respeito da antecipação da tutela, e assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil.

I - a antecipação da tutela será concedida mediante requerimento do autor ou ex officio, nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade.

II - a antecipação da tutela não prescinde de prova inequívoca da verossimilhança da alegação.

III - a antecipação da tutela somente será concedida se houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, a não ser que o requerente preste caução.

IV - não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade jurídica do provimento antecipado.

Página 22 de 30

V - Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os pressupostos da antecipação de tutela, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

- a) há uma assertiva correta
- b) há duas assertivas corretas
- c) há três assertivas corretas
- d) há quatro assertivas corretas
- e) todas são corretas

35) A lei 11.232, de 22 de dezembro de 2005, ainda não em vigor, introduziu o Capítulo X ("DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA") no Título VIII, do Livro I, do CPC. Considere as assertivas abaixo, a respeito das modificações introduzidas no CPC pela lei mencionada, e assinale a alternativa correta.

I - Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, ou o efetue parcialmente, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.

II - O executado será intimado do auto de penhora e de avaliação na pessoa de seu advogado, ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio.

III - Quando o executado alegar que o exeqüente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar dessa impugnação.

IV - A impugnação não terá efeito suspensivo, mas o juiz poderá atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, mas o exeqüente poderá requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando caução suficiente e idônea, arbitrada pelo juiz e prestada nos próprios autos.

V - O levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos, mas a caução poderá ser dispensada quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade.

- a) há uma assertiva correta
- b) há duas assertivas corretas
- c) há três assertivas corretas
- d) nenhuma assertiva é correta
- e) todas são corretas

Página 23 de 30

36) A MP 2226, de 4 de setembro de 2001, introduziu na CLT o art. 896-A, determinando que o TST examine previamente, no recurso de revista, "se a causa oferece transcendência". A respeito, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A transcendência é aferida de acordo com os reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

II - A transcendência é aferida somente de acordo com os reflexos gerais de natureza econômica e política.

III - O dispositivo mencionado foi revogado.

IV - Caberá ao TST regulamentar, em seu regimento interno, o processamento da transcendência do recurso de revista, assegurada a apreciação da transcendência em sessão pública, com direito a sustentação oral e fundamentação da decisão.

V - A inconstitucionalidade do referido dispositivo foi declarada pelo STF, no julgamento da ADI 2527-9.

- a) apenas a primeira é correta

- b) apenas a segunda é correta
- c) apenas as assertivas I e IV são corretas
- d) apenas a assertiva III é correta
- e) apenas a última é correta

37) Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com o direito positivo e a jurisprudência sumulada do TST.

I - Há dispensa da expedição de precatório quando a execução contra a Fazenda Pública não exceder os valores definidos, provisoriamente, pela Emenda Constitucional nº 37/02, como obrigações de pequeno valor, inexistindo ilegalidade, sob esse prisma, na determinação de seqüestro da quantia devida pelo ente público.

II - O pedido de revisão dos cálculos, em fase de precatório, apenas poderá ser acolhido desde que: a) o requerente aponte e especifique claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto, pois do contrário a incorreção torna-se abstrata; b) o defeito nos cálculos esteja ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial; e c) o critério legal aplicável ao débito não tenha sido objeto de debate nem na fase de conhecimento, nem na fase de execução.

III - O seqüestro de verbas públicas para satisfação de precatórios trabalhistas nunca é admitido.

IV - O seqüestro de verbas públicas para satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela não se equiparando as situações de não inclusão da despesa no orçamento ou de não-pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento.

Página 24 de 30

V - São considerados de pequeno valor os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário que tenham valor igual ou inferior a sessenta salários-mínimos, perante a Fazenda da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- a) todas são corretas
- b) apenas a terceira é incorreta
- c) apenas as assertivas I, II e III são corretas
- d) apenas as duas últimas são corretas
- e) apenas as assertivas III e V são incorretas

38) Considere as assertivas abaixo e assinale a resposta correta.

I - Não será admitida argüição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

II - Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, mas o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades.

III - Não é admissível a desistência da ação direta de inconstitucionalidade, nem da ação declaratória de constitucionalidade.

IV - A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade,

dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex nunc, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.

V - O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.

- a) há uma assertiva correta
- b) há duas assertivas corretas
- c) há três assertivas corretas
- d) nenhuma assertiva é correta
- e) todas são corretas

39) A Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) prevê punições para os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual. Também prevê punições para os atos de improbidade praticados

Página 25 de 30

contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. A propósito, considere as assertivas abaixo e assinale a resposta correta.

I - Para os efeitos da LIA, agente público é somente aquele que exerce vínculo, mandato, cargo, emprego ou função remunerada, no âmbito das entidades mencionadas no enunciado da questão.

II - A LIA também é aplicável, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

III - De acordo com a LIA, são puníveis os atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, que causam prejuízo ao erário e que atentam contra os princípios da administração pública.

IV - De acordo com a LIA, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

V - Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, garantido sempre o anonimato do representante.

- a) há uma assertiva correta
- b) há duas assertivas corretas
- c) há três assertivas corretas

d) nenhuma assertiva é correta

e) todas são corretas

40) Assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida, assim que seja intimada para isso.

b) Nas ações plúrimas, as custas incidem sobre o respectivo valor individual.

c) O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo.

d) Não ocorre deserção de recurso da massa falida e da empresa em liquidação extrajudicial por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação.

e) Os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho abrangem as sociedades de economia mista.

Página 26 de 30

41) Assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) Nas ações de cumprimento, o substituído processualmente pode, a qualquer tempo, desistir da ação, desde que, comprovadamente, tenha havido transação.

b) O substituído processualmente pode, antes da sentença de primeiro grau, desistir da ação.

c) A federação não tem legitimidade para ajuizar a ação de cumprimento prevista no art. 872, parágrafo único, da CLT na qualidade de substituto processual da categoria profissional inorganizada.

d) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.

e) O sindicato não é parte legítima para propor, como substituto processual, demanda que vise a observância de convenção coletiva.

42) Assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, na forma do art. 831 da CLT, mas isto não significa que o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial.

b) É possível a desconstituição de decisão homologatória de acordo, pela via rescisória, com apoio no inciso III do art. 485 do CPC (dolo da parte vencedora em detrimento da vencida).

c) A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

d) Ainda que o empregado dê plena e ampla quitação, sem qualquer ressalva, o acordo homologado judicialmente não obsta a propositura de nova reclamação trabalhista.

e) O acordo homologado judicialmente pode ser atacado pela via recursal ordinária.

43) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) Não se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por

diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

b) É incabível o recurso de revista ou de embargos para reexame de fatos e provas.

c) Ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

Página 27 de 30

d) Na Justiça do Trabalho as decisões interlocutórias nunca ensejam recurso imediato.

e) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal.

44) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) Em dissídio individual, toda decisão contrária à Fazenda Pública está sujeita ao duplo grau de jurisdição.

b) A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.

c) Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios que tenham valor de causa inferior a dois salários mínimos.

d) Não se aplica a alçada em ação rescisória e em mandado de segurança.

e) Em mandado de segurança, somente cabe remessa "ex officio" se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem; tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

45) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) É cabível o pedido liminar formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda.

b) Não é admissível a antecipação de tutela em sede rescisória e por isto o pedido de antecipação de tutela em ação rescisória será sempre rejeitado, vedado seu recebimento como medida acautelatória.

c) A antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário.

d) No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

e) A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada (ou liminar).

Página 28 de 30

46) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) A intervenção assistencial, simples ou adesiva, só é admissível se demonstrado o interesse jurídico e não o meramente econômico.

b) Aplica-se a pena de confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.

c) A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.

d) A confissão que constitui fundamento para rescisão de decisão judicial é a real, fruto de erro, dolo ou coação, e não à confissão ficta resultante de revelia.

e) A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando se referir a fato posterior à sentença.

47) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.

b) O conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada deve ser solucionado pela SDI, do TST.

c) O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.

d) Tendo a decisão monocrática de provimento ou denegação de recurso, prevista no art. 557 do CPC, conteúdo decisório definitivo e conclusivo da lide, comporta ser esclarecida pela via dos embargos de declaração, em decisão aclaratória, também monocrática, quando se pretende tão-somente suprir omissão e não, modificação do julgado.

e) No caso de embargos declaratórios contra decisão monocrática do relator calcada no art. 557 do CPC, em que se postule efeito modificativo, os embargos declaratórios deverão ser submetidos ao pronunciamento do Colegiado, convertidos em agravo, em face dos princípios da fungibilidade e celeridade processual.

48) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo

Página 29 de 30

recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção.

b) O depósito recursal é exigível mesmo quando não há condenação a pagamento em pecúnia.

c) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção, e uma vez atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.

d) Garantido o juízo, na fase executória, não é exigível depósito para recorrer, mas havendo elevação do valor do débito, exige-se

a complementação da garantia do juízo.

e) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

49) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do § 1º do art. 515 do CPC, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões, mas não se aplica no caso de pedido não apreciado na sentença.

b) A cassação de efeito suspensivo concedido a recurso interposto de sentença normativa retroage à data do despacho que o deferiu.

c) A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios só pode ocasionar efeito modificativo no julgado se a decisão contiver omissão.

d) As horas em que o empregado falta ao serviço para comparecimento necessário, como parte, à Justiça do Trabalho não serão descontadas de seus salários.

e) Ao julgar ou homologar ação coletiva ou acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais.

50) Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência sumulada do TST.

a) Não há ofensa à coisa julgada se o juízo executório determina os descontos previdenciários e fiscais, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão.

b) Por se tratar de imperativo legal, não há ofensa à coisa julgada se o juízo executório determina os descontos previdenciários e fiscais, mesmo que o título exequendo, expressamente, tenha afastado a dedução dos valores a título de imposto de renda e de contribuição previdenciária.

Página 30 de 30

c) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.

d) Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC.

e) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.